

Ano XXIV nº 6240 – 13 de fevereiro de 2020

Contraf-Cut suspende reestruturação da Caixa na justiça



O movimento sindical, através de ação judicial impetrada pela Contraf-CUT, conseguiu, Na terça-feira 11/2, uma importante vitória para os empregados da Caixa. O juiz responsável pela ação deferiu tutela antecipada suspendendo a aplicação da reestruturação até que sejam realizadas negociações no âmbito da Mesa Permanente de Negociação.

Além disso, determinou que o prazo de adesão dos empregados seja de no mínimo 15 dias, começando a contar após a conclusão da Mesa Permanente de Negociação. Portanto, o prazo estipulado unilateralmente pela Caixa para o dia 12 de fevereiro, às 19h, não tem mais qualquer valor legal.

Em sua decisão o juiz responsável pela ação disse: “Defiro a tutela antecipada para determinar o imediato sobrestamento do processo de implementação do novo plano até que haja a realização de reunião e de tratativas no âmbito da Mesa Permanente de Negociação e para reformular o cronograma de adesão, fixando novos prazos para adesão por qualquer dos empregados da reclamada, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias, em atenção ao princípio da razoabilidade, a correr após a conclusão do trabalho da aludida Mesa Permanente de Negociação”.

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) se reúne com a direção do banco amanhã 12, às 9h, para tratar da reestruturação.

“A reestruturação está suspensa até a conclusão do processo de negociação e o prazo não vale mais. Orientamos os empregados a aguardar antes de tomar qualquer decisão quanto a adesão. Na reunião, vamos buscar esclarecer todas as dúvidas dos empregados”, diz o diretor do Sindicato e coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis.

Governo Federal zera repasses a Programa e violência contra mulher vai aumentar

Apesar do aumento do feminicídio e dos altos índices de violência contra mulheres, que coloca o país em 5º lugar entre os países que mais matam mulheres, o governo federal zerou os repasses ao programa Casa da Mulher Brasileira, que presta atendimento humanizado e assistência integral às mulheres em situação de violência.

O tema não se tornou prioridade para o governo, nem mesmo quando o Ministério da Saúde confirmou que uma mulher é agredida a cada quatro minutos no país.

Os repasses para a Casa da Mulher Brasileira foram zerados desde o ano passado. Em vários estados, as obras deste espaço de atendimento estão paradas desde 2016.

A advogada, mestrandia em Direito Coletivo do Trabalho, Tainã Góis, diz que os números de violência podem mesmo aumentar porque só as políticas públicas são capazes de, realmente, fazer alguma coisa para combater a opressão, violência e morte de mulheres por questões de gênero.

Segundo Tainã, o atual governo tem como mote, a partir da implementação de uma agenda ultra neoliberal, com viés extremamente conservador, reduzir ou zerar os gastos com políticas sociais. “Assim como na reforma da Previdência, cortes com saúde e educação, o discurso de “redução de custos” mascara a verdadeira intenção de não se utilizar os recursos do Estado para investimento social”, destaca.

Para Tainã, a Casa, que é fruto de uma intensa luta dos movimentos de mulheres trabalhadoras organizadas, é fundamental para prevenção, atenção e cuidado da mulher vítima de violência.

